



Oliveira do Bairro câmara municipal

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

7

7

Santos

Liberto

787

ÍNDICE

<u>Nota Introdutória</u>	5
<u>1 - Estrutura organizativa e Recursos Humanos</u>	7
<u>2 - Execução e evolução das rubricas orçamentais</u>	9
<u>2.1 - Execução Orçamental</u>	9
<u>2.2 - Princípio do Equilíbrio</u>	12
<u>2.3 - Receita</u>	13
<u>2.4 - Despesa</u>	17
<u>2.5 - GOP – Grandes Opções do plano</u>	20
<u>3 - Evolução da Situação económica e financeira</u>	24
<u>3.1 - Análise ao balanço</u>	24
<u>3.2 - Demonstração de resultados</u>	26
<u>4 - Dívida do Município</u>	30
<u>4.1 - Dívida a terceiros</u>	30
<u>4.2 - Endividamento Municipal</u>	31
<u>4.2.1 - Limite da dívida</u>	31
<u>4.2.2 - Prazo médio de pagamento</u>	32
<u>5 - Apresentação de Indicadores de Gestão</u>	34
<u>5.1 - Rácios de Estrutura da Receita e Despesa</u>	34
<u>5.2 - Indicadores e Rácios Patrimoniais</u>	35
<u>6 - Outros Factos Relevantes Verificados após o Encerramento do Exercício</u>	36
<u>7 - Proposta de aplicação do Resultado</u>	36
<u>Conclusões</u>	37

8

787

787

Índice Tabelas

<u>Tabela I – Rácios de Gestão de Recursos Humanos</u>	8
<u>Tabela II – Execução Orçamental</u>	9
<u>Tabela III – Evolução dos Valores Executados nos últimos 5 anos</u>	10
<u>Tabela IV – Evolução do Grau de Execução Orçamental nos últimos 5 anos</u>	10
<u>Tabela V – Saldos Orçamentais</u>	11
<u>Tabela VI – Rácios de Receita/Despesa</u>	12
<u>Tabela VII – Aferição da Regra do Equilíbrio Orçamental</u>	12
<u>Tabela VIII – Variação na receita 2017 – 2018</u>	13
<u>Tabela IX – Rubricas da Receita</u>	14
<u>Tabela X – Evolução dos valores executados por rubrica de receita</u>	15
<u>Tabela XI – Variação na despesa 2017 – 2018</u>	17
<u>Tabela XII – Rubricas da Despesa</u>	18
<u>Tabela XIII – Evolução dos valores executados por rubrica de despesa</u>	19
<u>Tabela XIV - Grau de Execução das GOP</u>	20
<u>Tabela XV - Grau de Execução do PPI</u>	21
<u>Tabela XVI - Grau de Execução do PAM</u>	21
<u>Tabela XVII - Evolução dos valores do Balanço</u>	24
<u>Tabela XVIII - Evolução dos valores da Demonstração de Resultados</u>	29
<u>Tabela XIX - Evolução dos valores da Dívida a Terceiros</u>	30
<u>Tabela XX - Limite da dívida</u>	31
<u>Tabela XXI - Aferição da margem disponível por utilizar a 31 de dezembro</u>	32
<u>Tabela XXII - Rácios de Estrutura da Receita e Despesa</u>	34
<u>Tabela XXIII - Rácios Patrimoniais</u>	35

Índice de Gráficos

<u>Gráfico I – Organograma da macroestrutura dos Serviços Municipais</u>	7
<u>Gráfico II – Receita Cobrada Líquida</u>	9
<u>Gráfico III – Despesa Paga</u>	9
<u>Gráfico IV – Evolução dos Saldos Orçamentais</u>	11
<u>Gráfico V – Evolução da receita</u>	12
<u>Gráfico VI – Estrutura da Receita</u>	14
<u>Gráfico VII – Evolução do valor executado nas principais rubricas de receita</u>	16
<u>Gráfico VIII – Evolução da Despesa</u>	17
<u>Gráfico IX – Estrutura da Despesa</u>	18
<u>Gráfico X- Valor Executado das GOP por Objetivo</u>	20
<u>Gráfico XI - Evolução do Grau de Execução das GOP</u>	21
<u>Gráfico XII - Evolução do valor executado das GOP</u>	22
<u>Gráfico XIII - Estrutura do Ativo</u>	25
<u>Gráfico XIV - Estrutura dos Fundos Próprios</u>	25
<u>Gráfico XV - Estrutura do Passivo</u>	25
<u>Gráfico XVI - Evolução comparada de Ativo e Imobilizado</u>	26
<u>Gráfico XVII - Evolução do Passivo, Dívida e RLE</u>	26
<u>Gráfico XVIII - Evolução de Custos e Perdas e de Proveitos e Ganhos</u>	27
<u>Gráfico XIX - Estrutura dos Custos e Perdas Operacionais</u>	27
<u>Gráfico XX - Estrutura dos Proveitos e Ganhos Correntes</u>	28
<u>Gráfico XXI - Evolução dos Valores da Dívida a Terceiros</u>	30
<u>Gráfico XXII - Evolução da margem disponível por utilizar</u>	32
<u>Gráfico XXIII - Prazo médio de pagamentos</u>	33

Barros
litchee

NOTA INTRODUTÓRIA

Em conformidade com o ponto 13 das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), na atual redação, e para cumprimento do disposto na alínea a) do artigo 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RJAL), o órgão executivo deve apresentar ao órgão deliberativo um relatório de gestão que evidencie a situação económica, orçamental e financeira do Município de Oliveira do Bairro, bem como salientar as atividades/investimentos mais relevantes desenvolvidas ao longo de cada exercício.

Na organização e documentação da prestação de contas em apreço foram ainda tidas em conta, além do citado POCAL, as seguintes disposições:

a) Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro

b) Instruções do Tribunal de Contas relativas à prestação de Contas:

i) Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 191/2001, de 18 de agosto de 2001, que aprovou as "Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL" e os respetivos anexos (alterada pela Resolução n.º 26/2013, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 226/2013, de 21 de novembro de 2011); e

ii) Resolução n.º 7/2018, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 6/2019, de 9 de janeiro de 2019 ("Prestação de contas relativas ao ano de 2018 e gerências partidas de 2019");

iii) Despacho n.º 1/2019 — Secção do Tribunal de Contas — Área IX, relativo a *"Prestação eletrónica de contas ao Tribunal de Contas, relativas ao exercício de 2018, pelas empresas locais, Município, freguesias, áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais, associações de Município e associações de freguesias, serviços municipalizados ou intermunicipalizados, entidades concessionárias ou gestoras de serviços públicos de entidades autárquicas, bem como, no que respeita às contas consolidadas, pelas entidades consolidantes dos grupos públicos locais"*.

Face ao exposto, e no cumprimento da lei, o presente documento constitui o relatório de gestão do exercício de 2018. Este evidencia a situação económica, orçamental e financeira relativa ao exercício económico, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas pelo Município de Oliveira do Bairro e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados.

Os documentos de Prestação de Contas do ano 2018, foram auditados e certificados por revisor oficial de contas.

No presente Relatório de Gestão, pretende-se dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Oliveira do Bairro no ano de 2018 e a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo e de executivos anteriores,

Para tal, são abordadas as seguintes áreas da atividade municipal:

a) Informação relativa à execução orçamental, que permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico de 2018, em termos globais e por tipologia de rubrica orçamental;



- b) A situação económica relativa ao exercício com a análise dos diferentes setores, nomeadamente no que respeita ao investimento, custos e proventos;
- c) Análise da situação financeira, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise do balanço e da demonstração de resultados;
- d) A evolução das dívidas de curto prazo, médio e longo prazo a terceiros nos últimos anos;
- e) Evolução da dívida a Instituições de crédito.

Assim, nos termos da alínea f) do artigo 4.º do DL 54-A/99 de 22 de fevereiro conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentam-se os Documentos de Prestação de Contas com vista a serem aprovados pela Câmara Municipal e submetidos à Assembleia Municipal para serem apreciados e votados.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

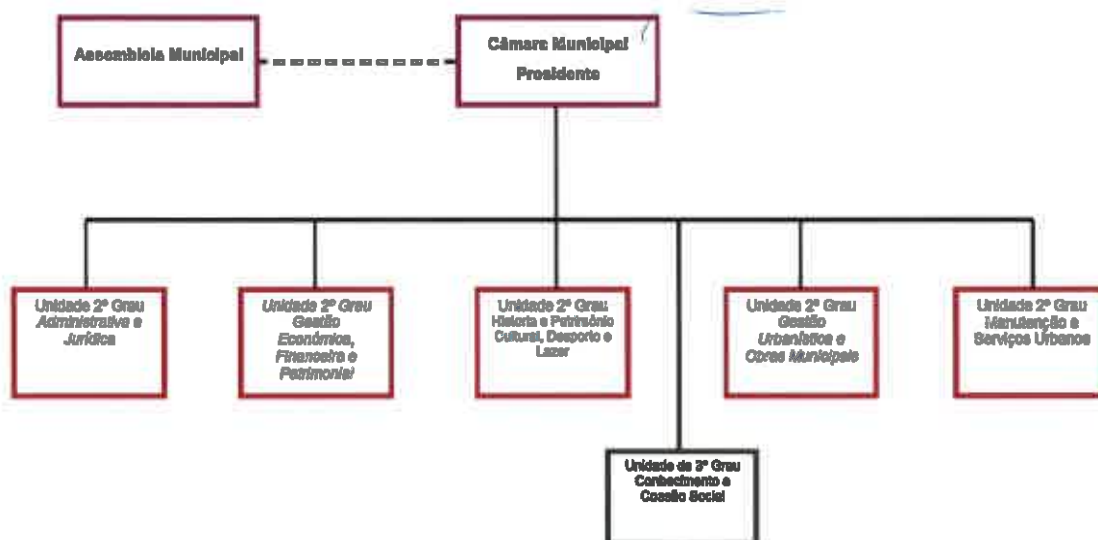


1 - ESTRUTURA ORGANIZATIVA E RECURSOS HUMANOS

De acordo com a estrutura orgânica em vigor a 31 de dezembro de 2018, publicitada pelo Despacho n.º 1803/2013, na 2.ª Série do Diário da República n.º 21/2013, de 30 de Janeiro de 2013¹, os Serviços do Município de Oliveira do Bairro encontram-se organizados internamente através de uma estrutura orgânica hierarquizada constituída por seis unidades flexíveis, de 2.º e 3.º grau, no âmbito das quais se encontram adstritas subunidades orgânicas, cujo número e funções se encontram definidas no referido regulamento. As referidas unidades orgânicas flexíveis são as abaixo elencadas, encontrando-se as mesmas estruturadas no âmbito da organização dos serviços, de acordo com a representação gráfica (organograma) igualmente apresentado:

- a) Unidade Flexível de 2.º Grau Administrativa e Jurídica;
- b) Unidade Flexível de 2.º Grau de Gestão Económica, Financeira e Patrimonial;
- c) Unidade Flexível de 2.º Grau de História e Património, Desporto e Lazer;
- d) Unidade Flexível de 2.º Grau de Gestão Urbanística e Obras Municipais;
- e) Unidade Flexível de 2.º Grau de Manutenção e Serviços Urbanos;
- f) Unidade Flexível de 3.º Grau para o Conhecimento e Coesão Social

Gráfico I – Organograma da macroestrutura dos Serviços Municipais



Fonte: Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (Despacho n.º 1803/2013)

Nos termos do número 4 do artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada e publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o Mapa de Pessoal do Município integra os documentos previsionais do Município.

A execução ao longo do ano das atividades relacionadas com a gestão de recursos humanos dá origem a um conjunto de indicadores que se encontram elencados no Balanço Social, cuja elaboração é obrigatória

¹ À data de elaboração do presente relatório, o presente regulamento foi revogado com a entrada em vigor do Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Oliveira do Bairro, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 62, de 28 de março de 2019 (Despacho n.º 3568/2019).



para todos os serviços da Administração Pública, com mais de 50 trabalhadores, por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro.

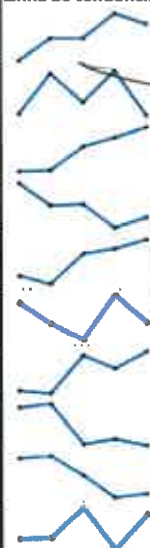
Atualmente, a obrigação de reporte por parte dos Municípios do Balanço Social é efetivada junto da DGAL, via plataforma SIIAL. É também igualmente nesta plataforma que são efetuados toda uma série de reportes relacionados com a gestão de recursos humanos nas autarquias.

Da análise de alguns destes reportes, nomeadamente, do já referido Balanço Social e do reporte de Despesas com o Pessoal, elaborou-se a seguinte tabela de Indicadores:

Tabela I – Rácios de Gestão de Recursos Humanos

	2014	2015	2016	2017	2018
N.º Trabalhadores	231	249	249	270	261
$\frac{N.º \text{ Trab. (n)}}{N.º \text{ Trab. (n-1)}}$	97,06%	107,79%	100,00%	108,43%	96,67%
$\frac{\text{Desp. Pessoal}}{\text{População}}$	184,35 €/Hab.	184,80 €/Hab.	199,44 €/Hab.	204,75 €/Hab.	211,44 €/Hab.
$\frac{\text{População}}{N.º \text{ trab.}}$	102 Hab./Trab.	95 Hab./Trab.	95 Hab./Trab.	88 Hab./Trab.	91 Hab./Trab.
$\frac{\text{Desp. Pessoal}}{\text{Desp. Total}}$	24,61%	22,73%	29,81%	30,94%	33,29%
$\frac{\text{Desp. Pessoal}}{\text{Desp. Corrente}}$	46,03%	43,59%	41,84%	46,90%	43,75%
$\frac{\text{Desp. Pessoal}}{\text{Investimento}}$	67,24%	58,24%	235,06%	169,75%	251,46%
$\frac{\text{Investimento}}{N.º \text{ trab.}}$	27.850,98 €/Trab.	30.154,29 €/Trab.	8.091,40 €/Trab.	10.653,48 €/Trab.	7.682,73 €/Trab.
$\frac{\text{Receta Total}}{N.º \text{ Trab.}}$	76.591,46 €/Trab.	77.966,19 €/Trab.	69.126,74 €/Trab.	59.851,27 €/Trab.	61.667,36 €/Trab.
$\frac{\text{Desp. Funcionamento}}{N.º \text{ Trab.}}$	34.852,61 €/Trab.	35.079,84 €/Trab.	39.378,30 €/Trab.	33.493,94 €/Trab.	38.433,87 €/Trab.

Linha de tendência:



Fonte: N.º trabalhadores – Balanço Social Q1;

Despesa com pessoal, Despesas de Funcionamento, Despesa Total, Despesa Corrente e Investimento (agrupamentos 01 e 02) – Mapa de Controlo Orçamental da Despesa;

População – Estimativas da população do INE (Para o ano da prestação de contas o valor da população poderá ser o correspondente ao ano anterior, caso não tenham sido disponibilizadas as estimativas de população, por parte do INE)

A tabela supra reflete a evolução do rácio dos Recursos Humanos nos últimos anos. Relativamente ao ano de 2018 importa referir que apesar do número de trabalhadores ter diminuído, verificou-se um aumento na despesa como reflexo do ano letivo de fecho do IPSB – efeito no pessoal não docente e por outro o descongelamento de carreiras, bem como a substituição corrente de contratos CEI e CEI+ por contratados por tempo indeterminado.

2 - EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DAS RUBRICAS ORÇAMENTAIS

A execução do Orçamento permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico em análise, em termos globais e por tipologia de rubrica orçamental.

2.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

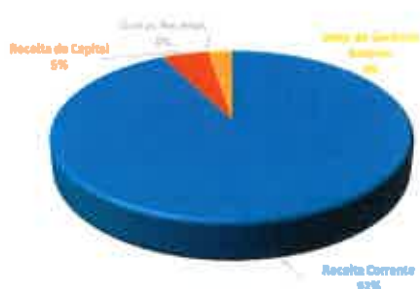
No quadro que se segue, apresentamos os valores das dotações orçamentais corrigidas, em termos de receita e despesa, assim como as respetivas taxas de execução orçamental.

Tabela II – Execução Orçamental

Designação	Dotação Corrigida	Executado (*)	Grau de execução
Receita Corrente	€ 14.407.012,00	€ 14.885.251,85	103,32%
Receita de Capital	€ 3.714.863,00	€ 795.338,12	21,41%
Outras Receitas	€ 0,00	€ 0,00	0,00%
Saldo de Gerência Anterior	€ 414.589,75	€ 414.589,75	100,00%
Receita Total	€ 18.536.464,75	€ 16.095.179,72	86,83%
Despesa Corrente	€ 12.795.258,00	€ 11.525.790,87	90,08%
Despesa de Capital	€ 5.741.206,75	€ 3.620.757,95	63,07%
Despesa Total	€ 18.536.464,75	€ 15.146.548,82	81,71%

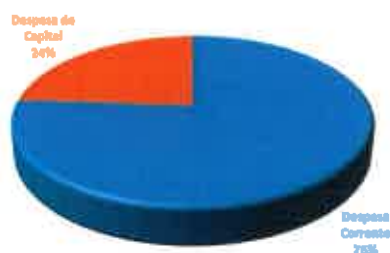
Fonte: Mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa (receita cobrada líquida e ao valor pago)

Gráfico II – Receita Cobrada Líquida



Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Receita

Gráfico III – Despesa Paga



Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Despesa

Dos valores apresentados, verifica-se que o total aprovado em orçamento para o ano foi de € 18.536.464,75, sendo o total de receita cobrada líquida de € 16.095.179,72 e de despesa paga € 15.146.548,82.

O grau de execução orçamental da receita foi de 86,83 % e da despesa foi de 81,71%, valores estes superiores aos do ano anterior, que haviam sido de 73,52 % e de 71,79 %, conforme se evidencia na tabela seguinte:

Tabela III – Evolução dos Valores Executados nos últimos 5 anos

Valores executados	2014	2015	2016	2017	2018	Linha de tendência
Receita Corrente	€ 13.845.931,06	€ 14.657.093,89	€ 14.769.896,13	€ 14.117.066,42	€ 14.885.251,85	
Receita de Capital	€ 3.580.825,92	€ 4.573.434,10	€ 2.238.582,05	€ 689.476,90	€ 795.338,12	
Outras Receitas	€ 5.043,60	€ 1.100,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	
Saldo de Gerência Anterior	€ 260.827,13	€ 181.954,48	€ 204.079,95	€ 1.353.299,70	€ 414.589,75	
Receita Total	€ 17.692.627,71	€ 19.413.582,47	€ 17.212.558,13	€ 16.159.843,02	€ 16.095.179,72	
Despesa Corrente	€ 9.398.067,02	€ 10.030.294,45	€ 11.319.123,37	€ 10.411.480,46	€ 11.525.790,87	
Despesa de Capital	€ 8.177.826,53	€ 9.209.569,68	€ 4.567.975,71	€ 5.369.379,24	€ 3.620.757,95	
Despesa Total	€ 17.575.893,55	€ 19.239.864,13	€ 15.887.099,08	€ 15.780.859,70	€ 15.146.548,82	

Fonte: Mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa (receita cobrada líquida e ao valor pago)

Tabela IV – Evolução do Grau de Execução Orçamental nos últimos 5 anos

Execução Orçamental	2014	2015	2016	2017	2018	Linha de tendência
Receita Corrente	99,15%	98,50%	98,45%	98,29%	103,32%	
Receita de Capital	31,50%	51,27%	51,65%	11,01%	21,41%	
Outras Receitas	440,49%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Saldo de Gerência Anterior	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Receita Total	69,13%	80,95%	88,08%	73,52%	86,83%	
Despesa Corrente	80,13%	83,72%	90,41%	83,16%	90,08%	
Despesa de Capital	58,99%	76,73%	65,06%	56,75%	63,07%	
Despesa Total	68,68%	80,22%	81,31%	71,79%	81,71%	

Fonte: Mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa (receita cobrada líquida e ao valor pago)

No que respeita aos saldos orçamentais, apurou-se um saldo de gerência de € 986.339,54, a transitar para o exercício seguinte.

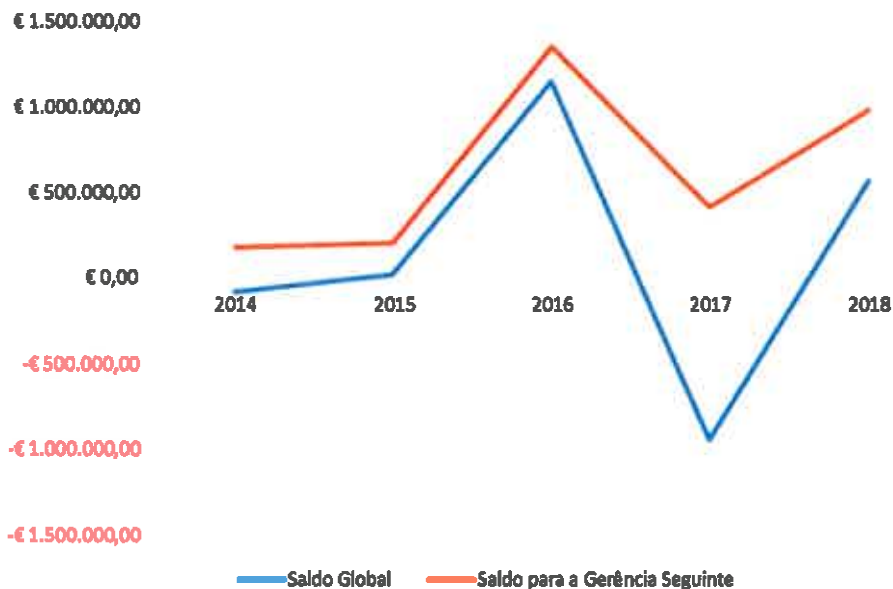


Tabela V – Saldos Orçamentais

	2014	2015	2016	2017	2018
Receita Corrente	€ 13.911.151,38	€ 14.687.455,50	€ 14.797.736,78	€ 14.152.672,85	€ 14.922.960,49
Outras Receitas	€ 5.043,60	€ 1.100,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00
Receitas de Capital	€ 3.580.825,92	€ 4.573.434,10	€ 2.238.582,05	€ 689.476,90	€ 795.338,12
Total das Receitas	€ 17.497.020,90	€ 19.261.989,60	€ 17.036.318,83	€ 14.842.149,75	€ 15.718.298,61
Despesas Correntes	€ 9.398.067,02	€ 10.030.294,45	€ 11.319.123,37	€ 10.411.480,46	€ 11.525.790,87
Despesas de Capital	€ 8.177.826,53	€ 9.209.569,68	€ 4.567.975,71	€ 5.369.379,24	€ 3.620.757,95
Total das Despesas	€ 17.575.893,55	€ 19.239.864,13	€ 15.887.099,08	€ 15.780.859,70	€ 15.146.548,82
Saldo Corrente	€ 4.518.127,96	€ 4.658.261,05	€ 3.478.613,41	€ 3.741.192,39	€ 3.397.169,62
Saldo de Capital	-€ 4.597.000,61	-€ 4.636.135,58	-€ 2.329.393,66	-€ 4.679.902,34	-€ 2.825.419,83
Saldo de Global	-€ 78.872,65	€ 22.125,47	€ 1.149.219,75	-€ 938.709,95	€ 571.749,79
Saldo de Gerência Anterior	€ 260.827,13	€ 181.954,48	€ 204.079,95	€ 1.353.299,70	€ 414.589,75
Saldo para a Gerência Seguinte	€ 181.954,48	€ 204.079,95	€ 1.353.299,70	€ 414.589,75	€ 986.339,54

Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa

Gráfico IV – Evolução dos Saldos Orçamentais



Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa

2.2 - PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO

O artigo 40.º do RFALEI determina que "a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos", podendo "o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte".

Dos valores da execução orçamental da despesa e receita, obtemos os seguintes rácios:

Tabela VI – Rácios de Receita/Despesa

Valores executados	2014	2015	2016	2017	2018
$\frac{Rec. Corrente}{Desp. Corrente}$	147,33%	146,13%	130,49%	135,59%	129,15%
$\frac{Rec. Capital}{Desp. Capital}$	43,79%	49,66%	49,01%	12,84%	21,97%
$\frac{Rec. Total}{Desp. Total}$	100,66%	100,90%	108,34%	102,40%	106,26%

Fonte: Mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa (receita cobrada líquida e ao valor pago)

No caso do Município de Oliveira do Bairro, para o ano em análise, a aferição do cumprimento da regra do equilíbrio enunciada encontra-se apresentada na tabela seguinte:

Tabela VII – Aferição da Regra do Equilíbrio Orçamental

Receita Corrente Bruta Cobrada	€ 14.922.960,49
Despesa Corrente paga	€ 11.525.790,87
Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos ¹	€ 632.806,91
Despesa + Amortizações médias dos empréstimos de MLP	€ 12.158.597,78

Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Despesa e Mapa de Empréstimos Obtidos

Conclui-se, assim, que se encontra cumprido o Princípio do Equilíbrio definido no artigo 40.º do RFALEI

¹ Valor explicitado no capítulo de análise da dívida do Município

2.3 - RECEITA

Conforme apresentado anteriormente, tanto os valores executados da receita corrente como da de capital apresentam uma variação positiva, o mesmo não se passando com o saldo de gerência do ano de 2017. Variação negativa esta que justifica a muito ligeira variação negativa na Receita Total.

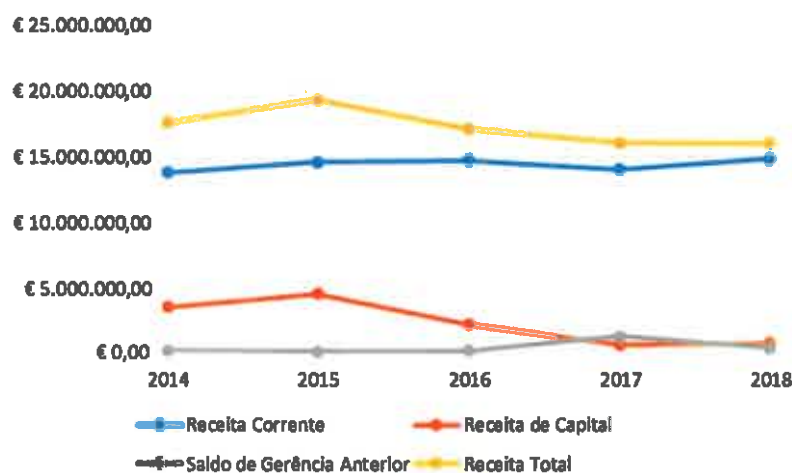
Tabela VIII – Variação na receita 2017 – 2018

	2017	2018	Δ 2017 - 2018
Receita Corrente	€ 14.117.066,42	€ 14.885.251,85	5,44%
Receita de Capital	€ 689.476,90	€ 795.338,12	15,35%
Outras Receitas	€ 0,00	€ 0,00	0,00%
Saldo de Gerência Anterior	€ 1.353.299,70	€ 414.589,75	-69,36%
Receita Total	€ 16.159.843,02	€ 16.095.179,72	-0,40%

Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Receita (receita cobrada líquida)

Em termos globais, para os últimos 5 anos, apesar do aumento na receita corrente, verifica-se uma redução da Receita Total, fruto, em grande medida, da redução na Receita de Capital e da redução da taxa de IMI aprovada para o Município.

Gráfico V – Evolução da receita



Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Receita (receita cobrada líquida)

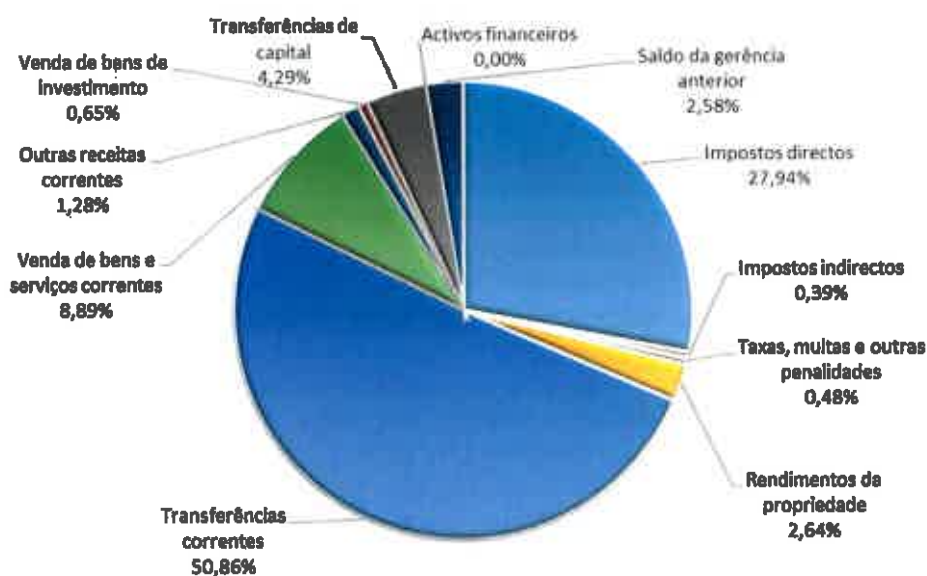
No que respeita aos valores executados das principais rubricas de receita, estes são os apresentados na tabela seguinte:

Tabela IX – Rubricas da Receita

Rubricas da Receita	Dotação Corrigida	Executado (*)	Grau de execução	% (Rec. Total = 100)
Impostos directos	€ 4.337.604,00	€ 4.496.356,33	103,66%	27,94%
Impostos indirectos	€ 97.700,00	€ 63.314,39	64,80%	0,39%
Taxas, multas e outras penalidades	€ 69.858,00	€ 78.030,99	111,70%	0,48%
Rendimentos da propriedade	€ 425.580,00	€ 424.724,45	99,80%	2,64%
Transferências correntes	€ 8.079.215,00	€ 8.186.725,07	101,33%	50,86%
Venda de bens e serviços correntes	€ 1.265.055,00	€ 1.430.781,94	113,10%	8,89%
Outras receitas correntes	€ 132.000,00	€ 205.318,68	155,54%	1,28%
Venda de bens de investimento	€ 180.011,00	€ 104.114,00	57,84%	0,65%
Transferências de capital	€ 3.533.852,00	€ 691.224,12	19,56%	4,29%
Activos financeiros	€ 1.000,00	€ 0,00	0,00%	0,00%
Saldo da gerência anterior	€ 414.589,75	€ 414.589,75	100,00%	2,58%

Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Receita (receita cobrada líquida)

Gráfico VI – Estrutura da Receita



Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Receita (receita cobrada líquida)

Verifica-se, assim que, na receita total, têm maior preponderância:

- a) As transferências correntes, e, principalmente, dentro destas, os valores transferidos pelo Orçamento de Estado, ao abrigo do RFALEI (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS);
- b) Os Impostos Directos (IMI, IMT; IUC, Derrama e outros), nos quais assume especial relevância o valor arrecadado com o IMI;
- c) As transferências de capital, maioritariamente respeitante à comparticipação de capital do FEF.

A baixa execução orçamental da rubrica de Transferências de Capital, justifica-se com o desvio entre os valores previstos e os valores executados de verbas provenientes de fundos comunitários.

Relativamente a este ponto prevê-se que a execução destes fundos melhore substancialmente no presente ano, fruto da execução dos projetos aprovados. Isto porque as normas contabilísticas aplicáveis impõem que estas receitas só possam ser contabilizadas após o respetivo recebimento.

W. Chen

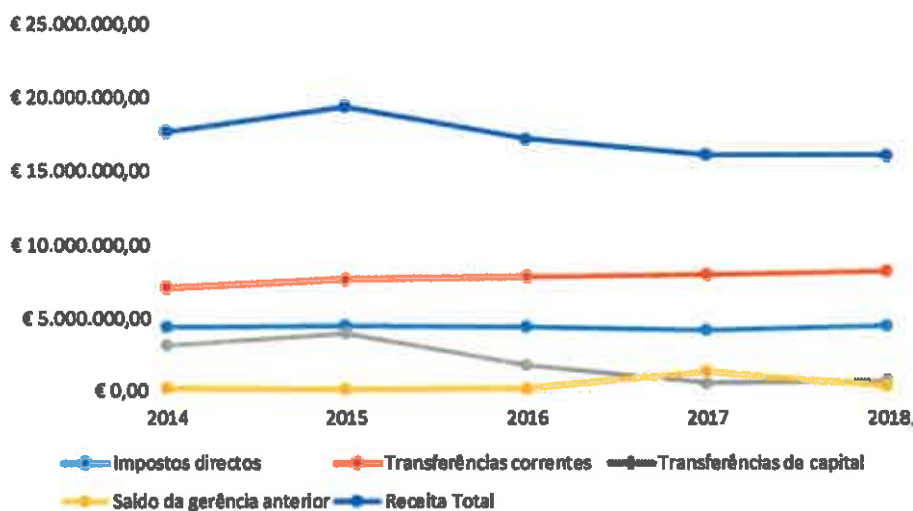
Tabela X – Evolução dos valores executados por rubrica de receita

Valores executados	2014	2015	2016	2017	2018	Linha de tendência
Impostos directos	€ 4.426.051,04	€ 4.493.341,38	€ 4.410.295,51	€ 4.197.018,25	€ 4.496.356,33	
Impostos indirectos	€ 78.813,18	€ 59.428,96	€ 238.334,58	€ 56.256,71	€ 63.314,39	
Taxas, multas e outras penalidades	€ 87.033,50	€ 90.336,31	€ 78.190,07	€ 69.548,68	€ 78.030,99	
Rendimentos da propriedade	€ 327.716,40	€ 524.711,98	€ 597.712,28	€ 317.971,47	€ 424.724,45	
Transferências correntes	€ 7.092.665,40	€ 7.628.981,86	€ 7.811.699,85	€ 7.990.702,69	€ 8.186.725,07	
Venda de bens e serviços correntes	€ 1.482.631,65	€ 1.407.881,93	€ 1.327.849,38	€ 1.292.049,92	€ 1.430.781,94	
Outras receitas correntes	€ 351.019,89	€ 452.411,47	€ 305.814,46	€ 193.518,70	€ 205.318,68	
Venda de bens de investimento	€ 438.796,25	€ 605.222,50	€ 417.481,25	€ 91.771,25	€ 104.114,00	
Transferências de capital	€ 3.139.318,65	€ 3.967.267,58	€ 1.819.665,74	€ 596.761,63	€ 691.224,12	
Activos financeiros	€ 2.711,02	€ 944,02	€ 1.435,06	€ 944,02	€ 0,00	
Saldo da gestão anterior	€ 260.827,13	€ 181.954,48	€ 204.079,95	€ 1.353.299,70	€ 414.589,75	

Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Receita (receita cobrada líquida)



Gráfico VII – Evolução do valor executado nas principais rubricas de receita



Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Receita (receita cobrada líquida)

2.4 - DESPESA

No que respeita à execução da despesa, verifica-se uma pequena redução relativamente aos valores executados no ano anterior, motivada por um decréscimo na Despesa de Capital.

Tabela XI – Variação na despesa 2017 – 2018

	2017	2018	Δ 2017 - 2018
Despesa Corrente	€ 10.411.480,46	€ 11.525.790,87	10,70%
Despesa de Capital	€ 5.369.379,24	€ 3.620.757,95	-32,57%
Despesa Total	€ 15.780.859,70	€ 15.146.548,82	-4,02%

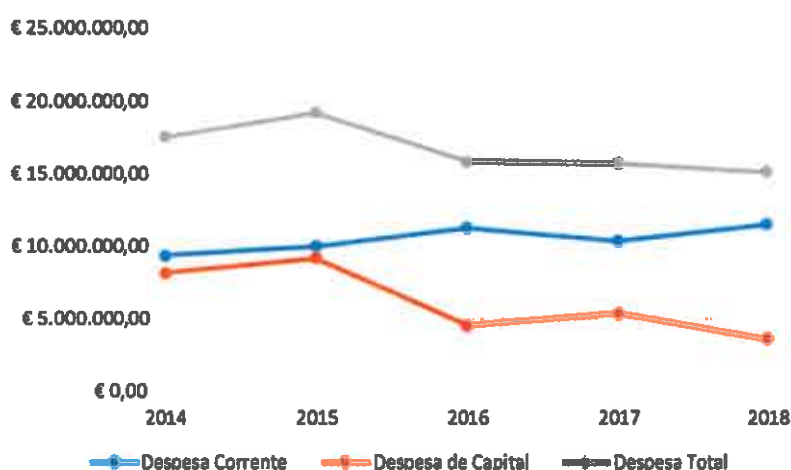
Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Despesa (valores pagos)

Esta variação encontra-se em linha com o ocorrido nos últimos cinco anos, nos quais se assiste a uma diminuição na Despesa Total, com a diminuição na Despesa de Capital a ser superior ao aumento verificado na Despesa Corrente.

Este aumento da Despesa Corrente advém de, para além do aumento das Despesas com o Pessoal:

- do aumento das despesas com os transportes relativos ao ano letivo de 2017/2018 e apenas pago em 2018 no valor de cerca de € 700.000;
- da abertura da Extensão Frel GII com a antecipação de rendas e todas as despesas de arranque – cerca de € 230.000;
- do pagamento de cerca de € 200.000 de despesas de eletricidade (referentes a 2017), cujas faturas tinham sido devolvidas por não se encontrarem corretas;
- da devolução de taxas e fundos no valor de € 244.201,94.

Gráfico VIII – Evolução da Despesa



Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Despesa (valores pagos)



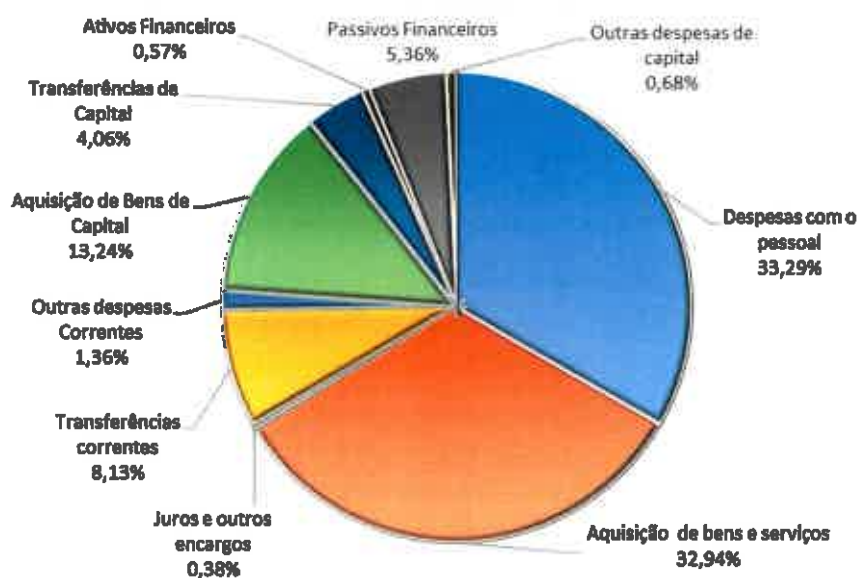
Atendendo à estrutura das rubricas orçamentais de despesa, a execução orçamental foi:

Tabela XII – Rubricas da Despesa

Rubricas da Despesa	Dotação Corrigida	Executado (*)	Grau de execução	% (Rec. Total = 100)
Despesas com o pessoal	€ 5.238.600,00	€ 5.042.298,17	96,25%	33,29%
Aquisição de bens e serviços	€ 5.872.906,00	€ 4.988.942,63	84,95%	32,94%
Juros e outros encargos	€ 64.000,00	€ 57.860,74	90,41%	0,38%
Transferências correntes	€ 1.346.752,00	€ 1.231.211,41	91,42%	8,13%
Outras despesas Correntes	€ 273.000,00	€ 205.477,92	75,27%	1,36%
Aquisição de Bens de Capital	€ 3.925.530,00	€ 2.005.192,84	51,08%	13,24%
Transferências de Capital	€ 732.763,00	€ 614.600,10	83,87%	4,06%
Ativos Financeiros	€ 91.924,00	€ 86.868,00	94,50%	0,57%
Passivos Financeiros	€ 813.000,00	€ 811.526,24	99,82%	5,36%
Outras despesas de capital	€ 177.989,75	€ 102.570,77	57,63%	0,68%

Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Despesa (valores pagos)

Gráfico IX – Estrutura da Despesa



Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Despesa (valores pagos)



Assim, para além da elevada relevância das despesas com o pessoal (33,29 %) e com aquisição de bens e serviços, regista-se um relativo peso das seguintes rubricas:

a) Aquisição de bens de capital (13,24% do total da Despesa), especialmente no que respeita a:

- i) Aquisição de terrenos para os espaços industriais;
- ii) Construção e reparação de edifícios municipais; e
- iii) Construção e reparação de edifícios escolares

b) Transferências correntes e de capital (um total agregado de 12,19 % do total da despesa)

Tabela XIII – Evolução dos valores executados por rubrica de despesa

Valores executados	2014	2015	2016	2017	2018	Linha de tendência
Despesas com o pessoal	€ 4.326.124,93	€ 4.372.660,83	€ 4.735.953,65	€ 4.882.646,30	€ 5.042.298,17	
Aquisição de bens e serviços	€ 3.724.828,35	€ 4.362.218,52	€ 5.069.242,66	€ 4.160.717,28	€ 4.988.942,63	
Juros e outros encargos	€ 140.002,04	€ 111.957,24	€ 84.217,82	€ 65.723,69	€ 57.860,74	
Transferências correntes	€ 1.111.911,21	€ 1.092.302,17	€ 1.392.995,34	€ 1.216.649,00	€ 1.231.211,41	
Outras despesas Correntes	€ 95.200,49	€ 91.155,69	€ 36.713,90	€ 85.744,19	€ 205.477,92	
Aquisição de Bens de Capital	€ 6.433.577,33	€ 7.508.418,66	€ 1.476.439,97	€ 2.876.440,91	€ 2.005.192,84	
Transferências de Capital	€ 694.606,62	€ 370.190,10	€ 1.268.815,55	€ 1.560.005,70	€ 614.600,10	
Ativos Financeiros	€ 0,00	€ 115.824,00	€ 5.000,00	€ 115.824,00	€ 86.868,00	
Passivos Financeiros	€ 1.017.603,83	€ 909.567,03	€ 860.497,57	€ 809.598,73	€ 811.526,24	
Outras despesas de capital	€ 32.038,75	€ 0,00	€ 234.578,75	€ 7.509,90	€ 102.570,77	

Fonte: Mapa de Controlo Orçamental da Despesa (valores pagos)

No que respeita aos valores apresentados, salientam-se as diminuições na despesa com juros e passivos financeiros, bem como na aquisição de bens de capital.



2.5 - GOP – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Conforme definido no ponto 2.3. do POCAL, os documentos previsionais a apresentar pelas autarquias locais são as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Anual.

Nas GOP, são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico para o Município, decompondo-se estas em dois documentos principais:

- a) O Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que define as os projetos e ações, dentro dos objetivos principais, a desenvolver num horizonte plurianual e que consubstanciem despesas de investimento;
- b) O Plano de Atividades Municipais (PAM), que evidencia as atividades a desenvolver num exercício económico e com carácter corrente.

As rubricas de despesa incluídas nas ações apresentadas nas GOP encontram-se associadas às classificações económicas respetivas, pelo que toda a inscrição nestes documentos tem a sua correspondente comparticipação orçamental corretamente definida.

Numa perspetiva macro, as GOP encontram-se divididas em quatro grandes objetivos, cujos graus de execução são os seguintes:

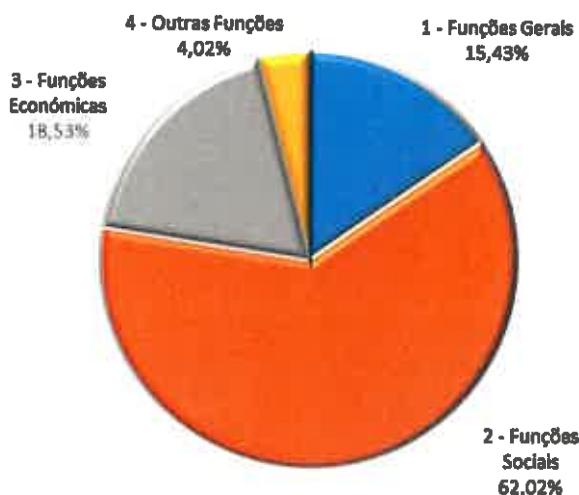
Tabela XIV - Grau de Execução das GOP

Objetivo (GOP)	Dotação Corrigida	Executado	Grau de execução
1 - Funções Gerais	€ 1.059.885,00	€ 859.072,86	81,05%
2 - Funções Sociais	€ 4.473.433,00	€ 3.452.747,33	77,18%
3 - Funções Económicas	€ 2.227.411,00	€ 1.031.550,75	46,31%
4 - Outras Funções	€ 246.696,00	€ 223.639,34	90,65%
Total das GOP	€ 8.007.425,00	€ 5.567.010,28	69,52%

Fonte: Execução das GOP

Em termos estruturais, verifica-se uma maior preponderância a despesa com as GOP relacionadas com as funções sociais.

Gráfico X- Valor Executado das GOP por Objetivo



Fonte: Execução das GOP

Desagregando estes valores pelo PPI e PAM, verifica-se que o primeiro tem um grau de execução de 50,84 % e no segundo de 87,60 %, conforme pode ser verificado nas tabelas seguintes:

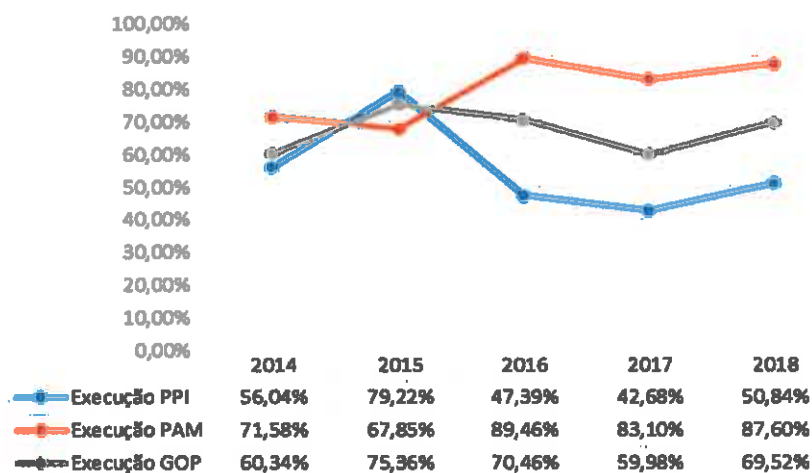
Tabela XV - Grau de Execução do PPI

Objetivo (PPI)	Dotação Corrigida	Executado	Grau de execução
1 - Funções Gerais	€ 651.500,00	€ 458.564,42	70,39%
2 - Funções Sociais	€ 1.200.200,00	€ 605.951,18	50,49%
3 - Funções Económicas	€ 2.067.830,00	€ 937.236,78	45,32%
4 - Outras Funções	€ 18.000,00	€ 0,00	0,00%
Total do PPI	€ 3.937.530,00	€ 2.001.752,38	50,84%

Tabela XVI - Grau de Execução do PAM

Objetivo (PAM)	Dotação Corrigida	Executado	Grau de execução
1 - Funções Gerais	€ 408.385,00	€ 400.508,44	98,07%
2 - Funções Sociais	€ 3.273.233,00	€ 2.846.796,15	86,97%
3 - Funções Económicas	€ 159.581,00	€ 94.313,97	59,10%
4 - Outras Funções	€ 228.696,00	€ 223.639,34	97,79%
Total do PAM	€ 4.069.895,00	€ 3.565.257,90	87,60%

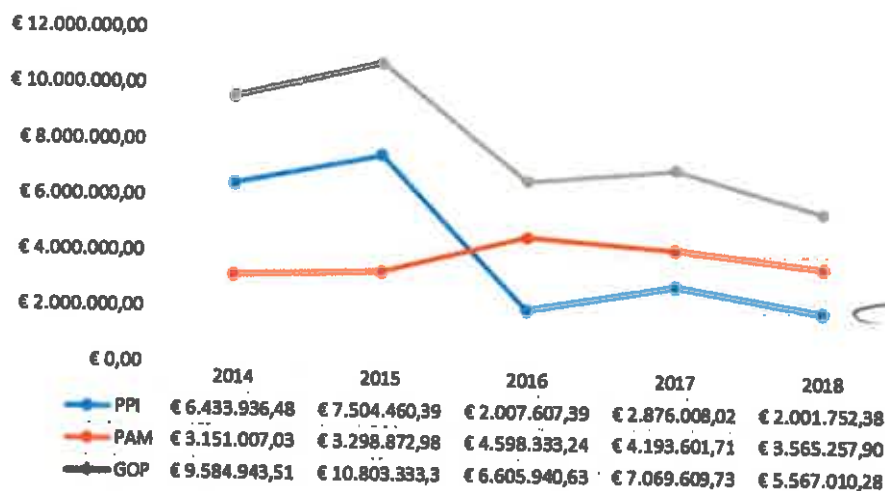
Gráfico XI - Evolução do Grau de Execução das GOP



Fonte: Execução GOP; PPI e PAM

No que respeita à evolução dos valores executados das GOP, nos últimos cinco anos, temos verificado um decréscimo, o qual também se encontra em linha com a evolução do valor executado na despesa total e que se nota mais na componente de Investimento.

Gráfico XII - Evolução do valor executado das GOP



Fonte: Execução GOP; PPI e PAM

Da atividade municipal relativa ao ano em análise, destacam-se as seguintes iniciativas, como mais relevantes da ação do Município:

1.º - Administração Geral registamos um investimento de **€ 753.089,38**, do qual se destaca:

- 1.1 - Obras de manutenção em diversos edifícios do Município – € 80.121,04;
- 1.2 - Transferência para as Freguesias - € 279.582,64;
- 1.3 - Aquisição de Hardware e Software para os Serviços Municipais - € 138.796,52;
- 1.4 - Aquisição de Mobiliário e outros equipamentos para os Serviços Municipais - € 17.904,67;

2.º - Segurança e Ordem Pública a execução financeira foi de **€ 105.983,48**, do qual se destaca:

- 2.1 - Apoio Anual aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro - € 50.000,00;
- 2.2 - Apoio aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro para aquisição de equipamentos - € 25.000,00;
- 2.3 - Parceria com a ANCP – Constituição de Equipa de Intervenção Permanente - € 30.983,48;

3.º - Na Educação verifica-se uma execução financeira de **€ 1.053.131,94**, do qual se destaca:

- 3.1 - Aquisição de mobiliário e outros equipamentos, manutenção e reparações no parque escolar – € 202.848,83;
- 3.2 - Refeições escolares – € 391.362,83;
- 3.3 - Realização de atividades com a comunidade escolar e atividades de enriquecimento curricular – € 89.917,77;
- 3.4 - Atividades de animação e apoio a família – € 182.438,70;

4.º - Na Cultura, Desporto Recreio e Lazer e Outras Atividades Religiosas a execução financeira foi de **€ 1.384.782,56**, dos quais se salientam:

- 4.1 - Eventos promovidos pelo Município, designadamente, Expo Bairrada, Festa da Criança, "Viva Associações"; Marchas Populares; Feira da Ciência; Festas de Cidade e Festa da Juventude – € 515.293,34
- 4.2 – Protocolos e subsídios às associações do concelho – € 448.588,27
- 4.3 - Programação do Quartel das Artes – € 112.916,19



5.º - Na **Recolha Resíduos Sólidos** a execução financeira foi de € 533.941,40 (valor destinado ao pagamento dos serviços de tratamento e recolha de resíduos sólidos prestados pelas empresas LUSÁGUA e ERSUC);

6.º - A **Ação Social** apresenta uma execução financeira de € 247.808,50, referente a:

6.1 - Participações às IPSS do Concelho – € 135.262,32;

6.2 - Protocolo com Santa Casa da Misericórdia no âmbito do Projeto "Espaço-Mudança" - € 76.000,00;

6.3 - Realização de atividades com Seniores - € 36.546,18;

7.º - O **Ordenamento do Território** apresenta uma execução financeira de € 162.248,49, referente, na sua totalidade à aquisição de terrenos para espaços verdes, alargamento de vias, parques de lazer e áreas desportivas;

8.º - Na **Proteção do Meio Ambiente e Conservação Natureza** a execução financeira foi de € 41.974,44, relativos a:

8.1 - Requalificação de parques e jardins – € 31.084,50;

8.2 - Aquisição de Equipamento e mobiliário urbano – € 10.909,94;

9.º - Na **Habitação** a execução financeira foi de € 28.860,00, destacando-se o apoio realizado através do Regulamento ao Arrendamento;

10.º - Nos **Transportes e Comunicações** registou-se uma execução financeira de € 810.685,95, dos quais se destacam:

10.1 - Aquisição de serviços de TOB – € 70.522,08;

10.2 - Sinalização horizontal e vertical – € 8.403,83;

10.3 - Beneficiação da rede viária do concelho – € 301.996,85;

10.4 - Reabilitação da Rua de Santo António – € 188.845,81;

11.º - Na **Indústria e Energia** o valor executado foi de € 202.595,93, dos quais se salientam € 180.015,00 executados nos Espaços de Atividades Económicas;

12.º - No objetivo **Outras Funções** o valor gasto foi de € 223.639,34 relativo a:

12.1 - Participação na sociedade POLIS – € 136.771,34;

12.2 - Realização de capital social do Fundo de Apoio Municipal - € 86.868,00;



3 - EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 - ANÁLISE AO BALANÇO

O estudo do Balanço de uma entidade reveste-se de especial importância na análise financeira tanto como auxiliar de decisões de administradores, como também, para todas as entidades externas que tenham interesse em conhecer a situação financeira do Município.

A apresentação dos indicadores quantitativos do Balanço será efetuada em secção própria, junto com os restantes indicadores de gestão.

Na presente secção será analisada a estrutura e evolução das principais rubricas do documento.

Tabela XVII - Evolução dos valores do Balanço

Balanço		2014	2015	2016	2017	2018	Linha de Tendência
Imobilizado	Bens do Domínio Público	€ 2.413.707,24	€ 2.404.719,90	€ 2.697.970,90	€ 2.790.539,30	€ 2.875.506,71	
	Imobilizações incorpóreas	€ 69.618,03	€ 81.459,43	€ 81.151,93	€ 81.151,93	€ 81.151,93	
	Imobilizações corpóreas	€ 99.787.350,84	€ 102.277.036,07	€ 96.016.964,57	€ 93.832.116,18	€ 90.750.043,53	
	Investimentos financeiros	€ 687.535,00	€ 1.498.304,28	€ 1.571.804,28	€ 1.571.804,28	€ 1.274.743,00	
Circulante	Existências	€ 56.699,02	€ 64.355,16	€ 56.737,87	€ 82.248,40	€ 102.547,99	
	Dívidas de terceiros de Curto prazo	€ 905.172,43	€ 608.836,12	€ 455.265,56	€ 411.729,88	€ 441.215,55	
	Depósitos e Caixa	€ 1.068.416,47	€ 1.140.755,49	€ 2.084.388,81	€ 1.173.094,72	€ 1.738.900,44	
Acréscimos e diferimentos		€ 5.605.797,24	€ 5.277.221,08	€ 4.718.784,62	€ 4.527.654,28	€ 4.484.053,13	
Total do ativo Líquido		€ 110.594.296,27	€ 113.352.687,53	€ 107.689.068,54	€ 104.470.338,97	€ 101.748.162,28	
Património		€ 24.200.884,50	€ 24.200.884,50	€ 23.749.253,33	€ 23.749.253,33	€ 23.687.961,04	
Reservas		€ 990.233,20	€ 1.100.952,53	€ 1.160.775,26	€ 1.201.844,72	€ 1.201.844,72	
Resultados Transitados		€ 37.693.776,20	€ 39.494.777,29	€ 38.959.197,66	€ 39.327.497,98	€ 37.966.185,98	
Resultado Líquido de Exercício		€ 2.214.386,56	€ 1.196.454,53	€ 664.073,30	-€ 1.231.549,32	€ 466.181,32	
Total de Fundos Próprios		€ 65.099.280,46	€ 65.993.068,85	€ 64.533.299,85	€ 63.047.046,71	€ 63.322.179,06	
Dívida a Terceiros de Médio e Longo Prazo		€ 8.614.045,64	€ 7.753.554,60	€ 6.943.803,17	€ 6.132.236,38	€ 5.386.441,62	
Credores diversos - contratos futuros		€ 0,00	€ 579.121,28	€ 463.297,28	€ 376.429,28	€ 86.868,00	
Dívida a Terceiros de Curto Prazo		€ 6.365.846,63	€ 5.510.648,33	€ 3.154.982,65	€ 3.207.980,73	€ 2.299.161,24	
Acréscimos e diferimentos		€ 30.515.123,54	€ 33.516.294,47	€ 32.587.685,89	€ 31.706.645,87	€ 30.653.518,36	
Total do Passivo		€ 45.495.015,81	€ 47.359.618,68	€ 43.149.768,99	€ 41.429.292,26	€ 38.425.989,22	
Total de Fundos Próprios e Passivo		€ 110.594.296,27	€ 113.352.687,53	€ 107.689.068,54	€ 104.470.338,97	€ 101.748.162,28	

Fonte: Balanço



7

Em termos estruturais, nos últimos anos verificou-se uma diminuição do valor total do Balanço, a qual é acompanhada pela evolução da rubrica principal do ativo, isto é, o Imobilizado.

A redução do Imobilizado reflete principalmente a variação verificada nas Imobilizações corpóreas, fruto, em especial, das amortizações do exercício.

Quando foi analisada a evolução da despesa corrente e refletido o esforço que o Município teve de efetuar para corrigir situações do passado, não foi refletido o esforço que o Município teve que fazer para recuperar o prazo médio de pagamentos e assim liquidar um passivo elevado, efetuando uma redução do mesmo em mais de € 2.200.000, sendo a sua maior fatia nos fornecedores e em compromissos anteriormente assumidos, refletidos nas contas do Município, mas não pagos (caso de acréscimos de gastos, contratos futuros, etc)

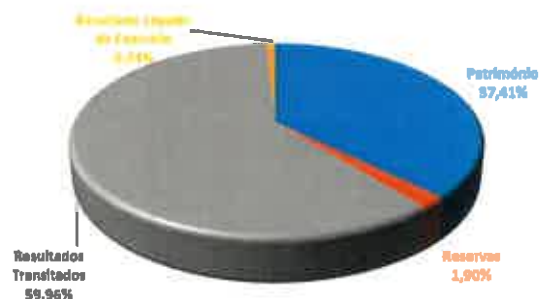
Salienta-se, no presente ano, uma recuperação para valores positivos do Resultado Líquido de Exercício.

Gráfico XIII - Estrutura do Ativo



Fonte: Balanço

Gráfico XIV - Estrutura dos Fundos Próprios



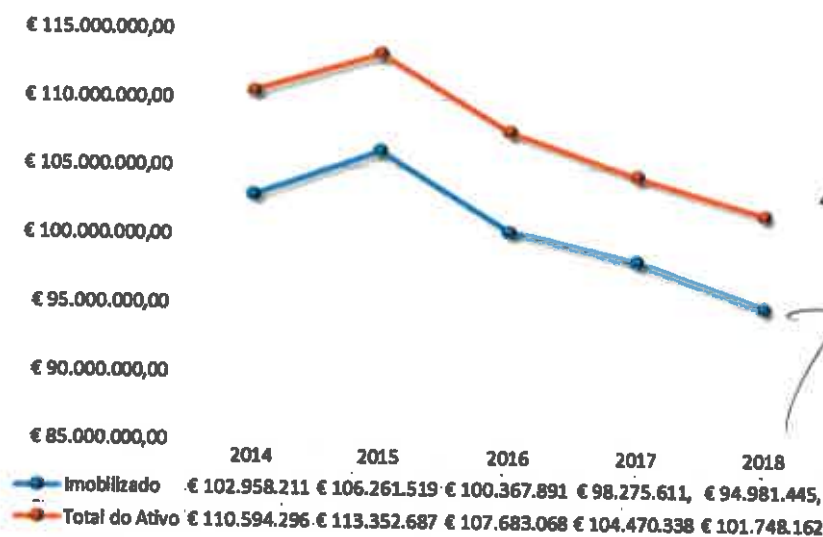
Fonte: Balanço

Gráfico XV - Estrutura do Passivo



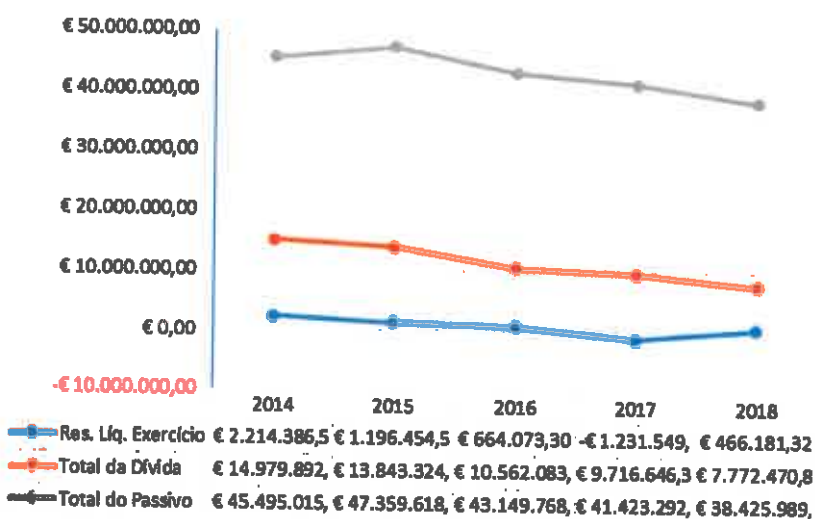
Fonte: Balanço

Gráfico XVI - Evolução comparada de Ativo e Imobilizado



Fonte: Balanço

Gráfico XVII - Evolução do Passivo, Dívida e RLE



Fonte: Balanço

3.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados traduz a formação dos resultados decorrentes da atividade da entidade, apresentando os custos e os proveitos classificados por natureza, e apresentando os resultados classificados em correntes (operacionais e financeiros) e extraordinários.

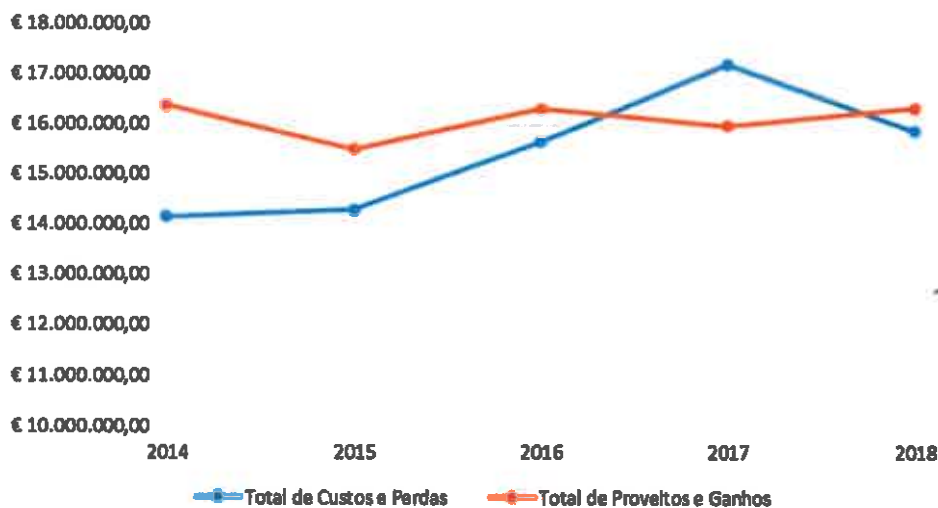
Em termos globais verifica-se, que no exercício em análise, uma diminuição do valor global dos custos e perdas e um ligeiro aumento nos proveitos e ganhos.

No caso dos custos e perdas, o presente exercício apresenta uma inflexão na tendência verificada nos anos anteriores, a qual era de manifesta subida.



Boletim 7

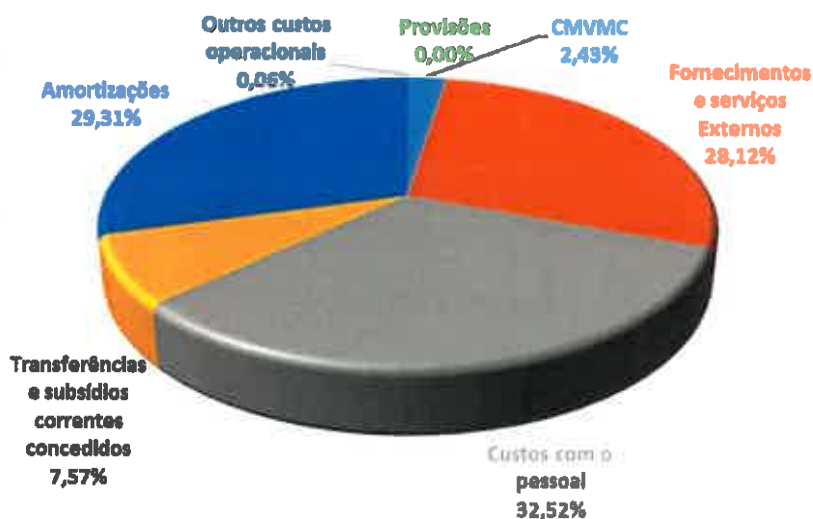
Gráfico XVIII - Evolução de Custos e Perdas e de Provedtos e Ganhos



Fonte: Demonstração de Resultados

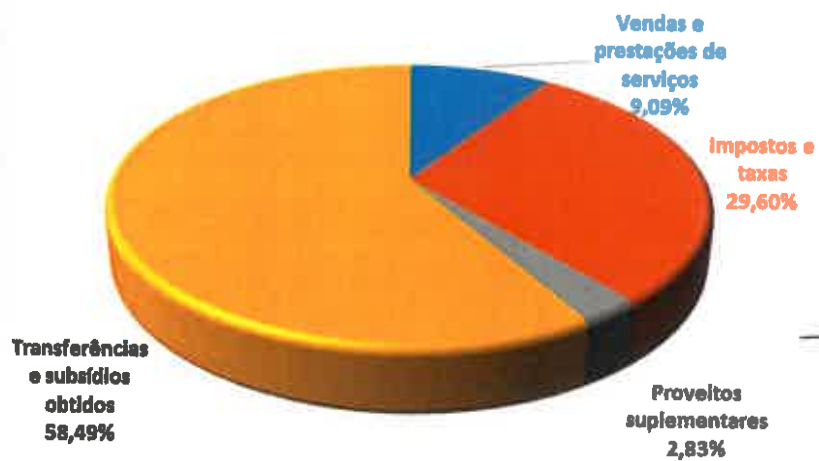
Em termos estruturais, tanto os custos como os provedtos operacionais representam a maior fatia dos agregados respetivos. As respetivas estruturas são apresentadas nos gráficos seguintes:

Gráfico XIX - Estrutura dos Custos e Perdas Operacionais



Fonte: Demonstração de Resultados

Gráfico XX - Estrutura dos Proveltos e Ganhos Correntes



Fonte: Demonstração de Resultados

Para finalizar, apresenta-se um quadro representativo da evolução dos valores da Demonstração de Resultados.



Linha de Tendência :

Wish

Fonte: Demonstração de Resultados

4 - DÍVIDA DO MUNICÍPIO

4.1 - DÍVIDA A TERCEIROS

De acordo com o Balanço do Município, verificam-se os seguintes valores da Dívida a Terceiros:

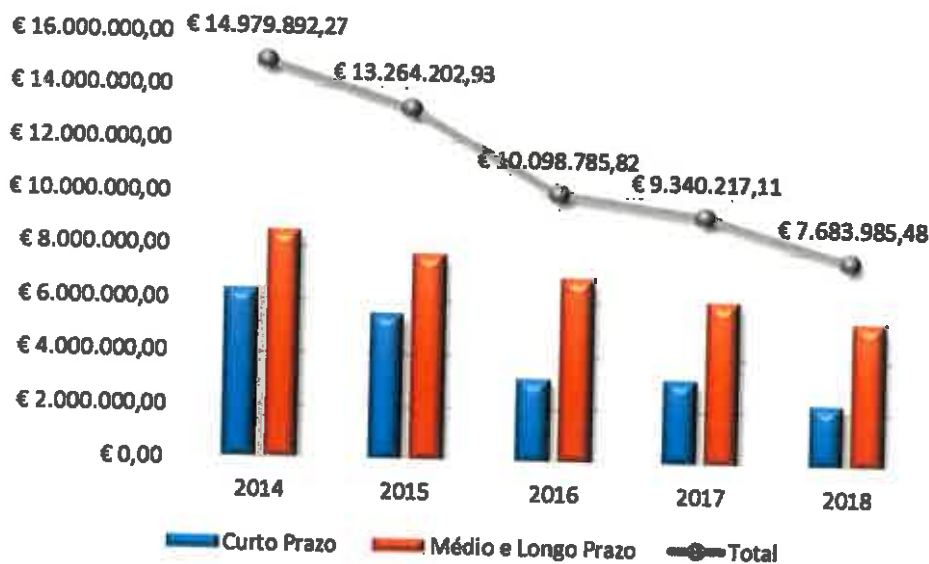
Tabela XIX - Evolução dos valores da Dívida a Terceiros

Dívida a terceiros	2014	2015	2016	2017	2018
Curto Prazo	€ 6.365.846,63	€ 5.510.648,33	€ 3.154.982,65	€ 3.207.980,73	€ 2.297.543,86
Médio e Longo Prazo	€ 8.614.045,64	€ 7.753.554,60	€ 6.943.803,17	€ 6.132.236,38	€ 5.386.441,62
Total	€ 14.979.892,27	€ 13.264.202,93	€ 10.098.785,82	€ 9.340.217,11	€ 7.683.985,48

Fonte: Balanço

Verifica-se, para o período em análise, uma tendência para a diminuição sustentada do valor deste indicador.

Gráfico XXI - Evolução dos Valores da Dívida a Terceiros



Fonte: Balanço



4.2 - ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

No que respeita à dívida de médio e longo prazo junto de Instituições bancárias, estes constituem, para os anos de 2014 a 2018, a totalidade da dívida de Médio e Longo prazo, pelo que se verifica que o respetivo valor tem diminuído, sendo o valor do ano da presente prestação de contas de € 5.386.441,62, de acordo com o Balanço.

Em termos estruturais, de acordo com o mapa de empréstimos, o Município tinha a decorrer, em 31 de dezembro, 17 operações de crédito

Nos termos do n.º 4 do artigo 40.º do RFALEI, para efeitos da verificação do equilíbrio orçamental, "consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital utilizado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo."

De acordo com o Mapa de Empréstimos, o valor total do capital utilizado nos empréstimos em vigor a 31 de dezembro era € 12.656.138,12, sendo que todas as operações foram contratadas a 20 anos. Assim sendo, a amortização média é, nesta data, de € 632.806,906.

4.2.1 - LIMITE DA DÍVIDA

Nos termos do artigo 52.º do RFALEI, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

No caso do Município de Oliveira do Bairro, temos:

Tabela XX - Limite da dívida

		Valor
Receita Corrente Líquida	2015	€ 14.657.093,89
	2016	€ 14.769.896,13
	2017	€ 14.117.066,42
	Total	€ 43.544.056,44
Média últimos 3 anos		€ 14.514.685,48
Limite dívida total (Artº 52º RFALEI)		€ 21.772.028,22

Fonte: Mapas de Controlo Orçamental da Despesa

De acordo com os dados disponibilizados pela DGAL, a margem disponível por utilizar em 31 de dezembro era a constante no quadro infra:

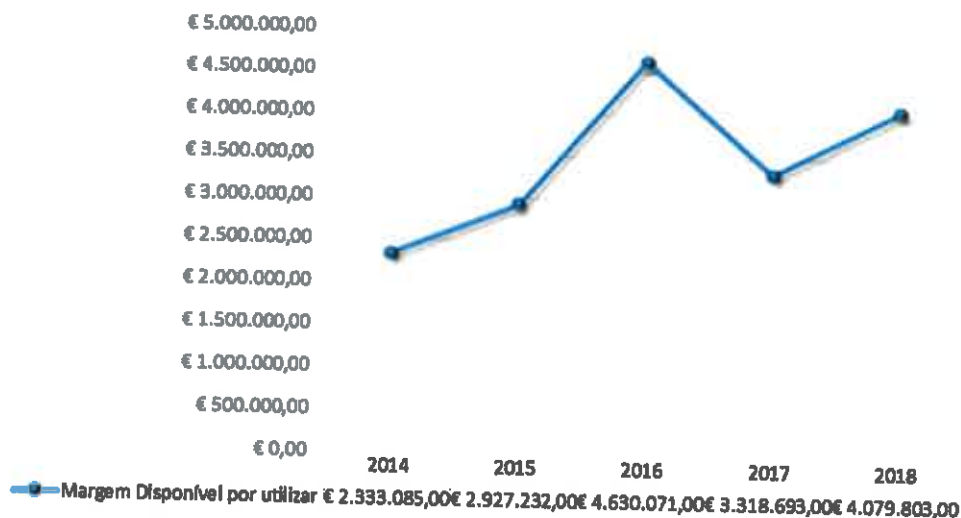


Tabela XXI - Aferição da margem disponível por utilizar a 31 de dezembro

Limite (1)	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluído Não Organizada, capital excecionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
21.772.028	01/01/2018						
	8.716.646	476.916	10.193.563	8.971.760		12.800.268	2.580.054
	31/12/2018						
	7.901.401	490.039	8.391.440	7.452.011		14.320.018	2.884.004
Variação da Dívida %							-16,94%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							4.079.803

Fonte: Ficha do Município no SIIAL – 4.º trimestre

Gráfico XXII - Evolução da margem disponível por utilizar



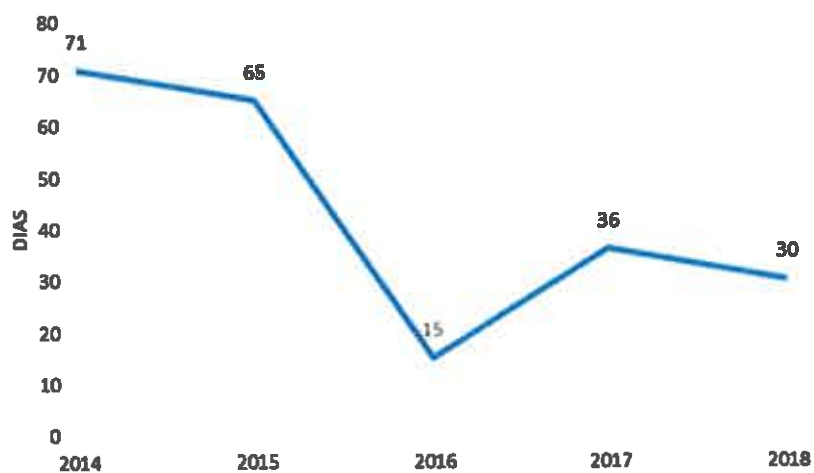
Fonte: Fichas do Município no SIIAL

4.2.2 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

O cálculo do prazo médio de pagamentos na Administração Pública obedece às regras constantes no Despacho n.º 9870/2009, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 71/2009, de 13 de abril. Para as autarquias locais, a DGAL disponibiliza, na plataforma SIIAL, os valores relativos a este indicador.



Gráfico XXIII - Prazo médio de pagamentos



Fonte: Relatórios SIIAL

5 - APRESENTAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO

5.1 - RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA E DESPESA

Tabela XXII - Rátios de Estrutura da Receita e Despesa

	2014	2015	2016	2017	2018
<i>Receita Total</i> <i>Despesa Total</i>	100,66%	100,90%	108,34%	102,40%	106,26%
<i>Receita Corrente</i> <i>Receita Total</i>	78,26%	75,50%	85,81%	87,36%	92,48%
<i>Receita Corrente</i> <i>Despesa Corrente</i>	147,33%	146,13%	130,49%	135,59%	129,15%
<i>Despesa Corrente</i> <i>Despesa Total</i>	53,47%	52,13%	71,25%	65,98%	76,10%
<i>Impostos Diretos</i> <i>Receita Total</i>	25,02%	23,15%	25,62%	25,97%	27,94%
<i>Passivos Financeiros</i> <i>Receita Total</i>	5,75%	4,69%	5,00%	5,01%	5,04%
<i>Tranf. Correntes</i> <i>Receita Corrente</i>	51,23%	52,05%	52,89%	56,60%	55,00%
<i>Tranf. Capital</i> <i>Receita de Capital</i>	87,67%	86,75%	81,29%	86,55%	86,91%
<i>Investimento</i> <i>Despesa Total</i>	36,60%	39,03%	12,68%	18,23%	13,24%
<i>Passivos Financeiros</i> <i>Despesa Total</i>	5,79%	4,73%	5,42%	5,13%	5,36%

Fonte: Mapas de controlo Orçamental da Receita e da Despesa

Para o ano em análise verificou-se uma melhoria da cobertura da despesa total pela receita, verificando-se também um aumento da despesa corrente no total da despesa.

A relação entre passivos financeiros e receita total, bem como com a despesa total mantém a tendência para a estabilização

Linha de tendência



Receita
Despesa

5.2 - INDICADORES E RÁCIOS PATRIMONIAIS

Tabela XXIII - Rácios Patrimoniais

		2014	2015	2016	2017	2018	Linha de tendência
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo de C. Pr.}}$	31,89%	32,92%	82,29%	51,97%	99,28%	
Liquidez Reduzida	$\frac{\text{Dep. ; Cx e Exigível C. Pr.}}{\text{Passivo de C. Pr.}}$	31,00%	31,75%	80,50%	49,40%	94,82%	
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo de C. Pr.}}$	16,78%	20,70%	66,07%	36,57%	75,63%	
Solvabilidade	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo Total}}$	143,09%	139,34%	149,56%	152,20%	164,79%	
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Ativo Total}}$	58,86%	58,22%	59,93%	60,35%	62,23%	
Rentabilidade do Ativo	$\frac{RLE}{\text{Ativo Total}}$	2,00%	1,06%	0,62%	-1,18%	0,46%	

Fonte: Balanço

Liquidez Geral – Representa a relação entre os ativos em dinheiro (ou facilmente convertíveis) com o montante que será exigível à empresa a curto prazo. No ano da prestação, verifica-se uma aproximação deste indicador a valores mais próximos de uma boa saúde a curto prazo.

Liquidez Reduzida e Imediata – Indicadores semelhantes ao anterior, mas que excluem as existências (liquidez reduzida) e as existências e dívidas de terceiros de curto prazo (liquidez imediata). Mais uma vez, verifica-se a aproximação do indicador a valores que permitem a satisfação dos valores exigíveis a curto prazo, das disponibilidades monetárias.

Solvabilidade – representa a capacidade da entidade em pagar os seus compromissos.

Autonomia Financeira – Representa a dependência da entidade face aos capitais alheios. Para o ano em análise, verifica-se a melhoria do indicado, em linha com o verificado nos anos anteriores.

Rentabilidade do Ativo – Representa a capacidade dos ativos da empresa em gerar resultados. Após um período de redução deste indicador, verifica-se a sua inflexão.

6 - OUTROS FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não se verificou qualquer facto digno de nota na presente secção

7 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO

Tendo-se apurado no exercício de 2018 um Resultado Líquido positivo de € 466.181,32 e no seguimento das imposições legais do ponto 2.7.3.4 do POCAL "É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 – Património – corresponda a 20% do ativo líquido" e 2.7.3.5 do POCAL "sem prejuízo do disposto do n.º anterior deve constituir-se um reforço anual da conta 571 – Reservas Legais – no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido" propõe-se a seguinte aplicação:

- 59 – Resultados transitados: € 442.872,25

- 571 – Reservas Legais: € 23.309,07



CONCLUSÕES

O Relatório de Contas evidência a situação económica, orçamental e financeira do exercício do ano de 2018. Realça-se o rigor financeiro, consubstanciado no cumprimento e melhoria dos limites da legais da dívida previstos no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Da situação económica e financeira do Município apresentada, salientam-se:

1.º - Uma execução Orçamental de:

- a) 86,83 % da dotação da Receita;
- b) 81,71 % da dotação da Despesa;

2.º - Um grau de execução das Grandes Opções do Plano que subiu relativamente ao ano transato, tendo atingido:

- a) GOP – 69,52 %;
- b) PPI – 50,84 %;
- c) PAM – 87,60 %;

3.º - A redução do endividamento municipal em € 1.944.175,53, passando o mesmo para € 7.772.470,86 no final do ano.

4.º - A inexistência de pagamentos em atraso em 31 de dezembro.

5.º - A redução do prazo médio de pagamentos para 30 dias

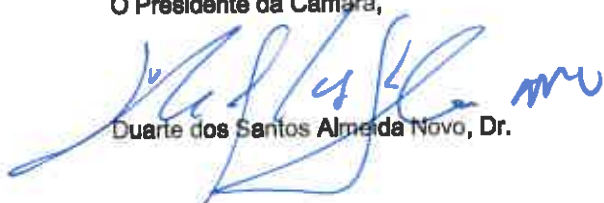
6.º - A melhoria dos principais rácios de gestão, salientando-se um bom desempenho nos rácios patrimoniais.



Na Administração e a Política Local assume particular relevância a obtenção de informação fiável e oportuna, que auxilie a tomada de decisão e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos escassos recursos financeiros, bem como a necessidade de aos gestores públicos e aos responsáveis políticos lhes ser exigida uma atitude de credibilidade e eticamente responsável.

Este executivo, com diretrizes bem traçadas e sabendo exatamente o que quer para os oliveirenses e para o Concelho, assume que ser Autarca é um trabalho extenuante e exigente, mas extraordinariamente gratificante. Estas contas são reflexo do trabalho deste executivo e a gratificação que procuramos no dia-a-dia desta missão difícil, mas nobre, e que nos foi democraticamente incumbida.

O Presidente da Câmara,



Duarte dos Santos Almeida Novo, Dr.